

Correlação das normas da Corregedoria com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		
Agenda ONU 2030		
Consolidação de Normas		
Norma	ODS	Justificativa
Consolidação de normas TRF2-PVC-2023/00003	16 16.3 16.6	Normas gerais, de organização interna e de acesso ao Judiciário Justiça – organização interna; Instituições públicas
Consolidação de normas TRF2-PVC-2022/00003	16 16.3 16.6	
Consolidação de normas TRF2-PVC-2018/00011	16 16.3 16.6	
Instrução Normativa		
Norma	ODS	Justificativa
Instrução Normativa nº 1 de 2007	16 16.6	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Ofícios Circulares		
TRF2-OCI-2024/00114	16	Justiça – organização interna - fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
Convite participação Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!”, que acontecerá entre os dias 13 e 17 de maio	16.9	
TRF2-OCI-2024/00227	16	Justiça – organização interna - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
Proposta de fluxo de atuação do CESOL-RJ nos casos de Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.	16.2	
TRF2-OCI-2023/00058		Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Padronização de procedimentos - Providências necessárias ao saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)	16.6	

TRF2-OCI-2023/00015	16	
Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2022/00103	16	
Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/00056	16	
Informações sobre a forma de acesso ao laudo pericial eletrônico.	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
Norma	ODS	Justificativa
TRF2-OCI-2021/00040	16	
Aditamento ao TRF2-OCI-2021/00038 dando novas orientações sobre o cadastro de residência de magistrados em 2021.	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/00039	16	
Explicações sobre o quantitativo de sentenças previsto para fins de direito à gratificação por exercício cumulativo de jurisdição/acervo (GAJU), nos termos do art. 8º, §1º, da Resolução nº CJF-RES-2015/00341, no GEA de Junho/2021.	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/00038	16	
Orientações sobre cadastro de residência de magistrados em 2021.	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/00034	16	
Orientações sobre indicação de substituto para férias, licenças e afastamentos de magistrados em 2021	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2021/000035	16	
Informação para magistrados sobre processo de remoção	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-OCI-2020/000103	16	
Prestação de informações sobre docência por magistrados	16.6	Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes

TRF2-OCI-2020/00076	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientações escala férias 2021	16.6	
TRF2-OCI-2020/00073	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientações sobre audiências	16.6	
TRF2-OCI-2020/00062	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Calendário indicação férias juízes	16.6	
TRF2-OCI-2020/00045	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientação passivo férias e relatório final inspeção CNJ	16.6	
TRF2-OCI-2020/00014	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientação pedidos alteração / interrupção férias	16.6	
TRF2-OCI-2019/00097	16	Justiça – organização interna Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Implantação SEEU	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2019/00079	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Bens acautelados e pastas eletrônicas	16.6	
TRF2-OCI-2019/00065	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Orientação para observância das disposições do Ofício Circular nº T2-OCI-2010/00173, sobre cadastro de residência de magistrados.	16.6	
TRF2-OCI-2019/00040	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes /transparentes
Presença juiz/diretor início correições	16.6	
TRF2-OCI-2019/00019	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Desnecessidade comunicação arbitramento honorários periciais acima máximo tabela	16.6	
TRF2-OCI-2018/00120	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Orienta preservação imagem imparcialidade OCI-27/CNJ	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2018/00106	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Banco Nacional de Monitoramento de Prisão	16.6	
TRF2-OCI-2018/00091	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Manutenção alteração competência execuções fiscais	16.6	
TRF2-OCI-2018/00081	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes

Presença juiz/diretor abertura correições	16.6	/transparentes
TRF2-OCI-2018/00079	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Gasto orçamentário AJG/orienta oficiais justiça verificar condições sociais	16.3	
TRF2-OCI-2018/00076	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Divulga Provimento 71 Corregedoria Nacional Justiça	16.3	
Uso e-mail e manifestações em redes sociais	16.6	
TRF2-OCI-2018/00070	16	Justiça – organização interna
Cadastro residência juízes		
TRF2-OCI-2018/00009	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Digitalização autos	16.6	
TRF2-OCI-2017/00081	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes
Recomendações sobre realização audiência custódia	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2017/00059	16	Justiça – organização interna
Cadastro residência juízes		
TRF2-OCI-2017/00027	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Reitera obrigatoriedade uso SIGA	16.6	
TRF2-OCI-2017/00019	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Especialização varas saúde pública	16.6	
TRF2-OCI-2017/00015	16	
Orientações sobre prisões cautelares e medidas e penas alt.	16.3	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2017/00010	16	
Padroniza procedimentos processo eletrônico para fins de estatística	16.6	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2016/00098	16	
Recomenda uso sistemas Bacenjud/Renajud/Infojud		Justiça – organização interna
TRF2-OCI-2016/00093	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Marcação audiências custódia	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2016/00074	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Recomendações sobre procedimentos relacionados processo criminal eletrônico	16.6	
TRF2-OCI-2016/00073	16	Justiça – organização interna; Instituições

Revoga obrigatoriedade referêcia livro rol dos culpados	16.6	públicas eficazes
TRF2-OCI-2016/00033	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Altera modelo alvará soltura	16.6	
TRF2-OCI-2016/00027	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Implementação Apolo / contagem prazos processuais	16.6	
TRF2-OCI-2016/00026	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Adequação Apolo contagem prazos processuais	16.6	
TRF2-OCI-2016/00001	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes
Divulga necessidade adoção proc. eletrônico p/ emissão certificado naturalização pelas varas competentes	16.6	
TRF2-OCI-2015/00019	16	Justiça – organização interna
Destinação armas apreendidas		
TRF2-OCI-2014/00075	16	Justiça – organização interna
Recebimento e guarda armas de fogo		
TRF2-OCI-2014/00070	16	Justiça – organização interna
Orientações juízes execução fiscal		
TRF2-OCI-2014/00066	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Conduta juízes	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2014/00065	16	Justiça – organização interna
Abstenção de cominar multas/prisão a advogados públicos		
TRF2-OCI-2014/00054	16.3	Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Penas e medidas alternativas na Justiça do Trabalho	16.6	
TRF2-OCI-2014/00013	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes
Alimentação dados CNCIAI	16.3	
	16.6	
TRF2-OCI-2014/00007	16	Justiça – organização interna
Assinatura ofícios		
TRF2-OCI-2012/00084	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Comunicação de mandado de prisão e soltura à Polinter	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00075	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito

Prisão de estrangeiro	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00068	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Registro de mandados de prisão no Apolo para alimentação BNMP	16.3	Instituições públicas eficazes
	16.6	
TRF2-OCI-2012/00057	16	Justiça – organização interna;
Expedição ofício ANS, ANVISA, CFM, CFM e CFO	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2012/00030	16	Justiça – organização interna
Fim obrigatoriedade inspeção estabelecimentos penais		
TRF2-OCI-2012/00002	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Abstenção de ameaça ou determinação de prisão de advogados públicos	16.3	
TRF2-OCI-2011/00117	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Orienta tramitação inquéritos	16.3	
TRF2-OCI-2011/00099	16	Justiça – organização interna;
Classificação registro decisões	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00031	16	Justiça – organização interna;
Divulga funcionalidade JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00024	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00014	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00013	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00012	16	Justiça – organização interna;
Informa nova funcionalidade Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00010	16	Justiça – organização interna;
Orientações uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-OCI-2011/00007	16	Justiça – organização interna;
Orientação uso CNIA	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00174	16	Justiça – organização interna;
Orienta sobre Sistema Nacional de Bens Apreendidos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00173	16	Justiça – organização interna;

Divulga funcionalidade JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00166	16	Justiça – organização interna;
Mecanismos de controle de prazos prescricionais em processos criminais	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00152	16	Justiça – organização interna;
Envio relatório prisões provisórias	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00144	16	Justiça – organização interna;
Divulga novas diretrizes distribuição processos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00139	16	Justiça – organização interna;
Orienta uso sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00132	16	Justiça – organização interna;
Alteração consulta autos eletrônicos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00122	16	Justiça – organização interna;
Alteração consulta autos eletrônicos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00103	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00086	16	Justiça – organização interna;
Esclarece medidas de simplificação de procedimentos cartorários	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00055	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00036	16	Justiça – organização interna;
Reitera necessidade uso correto sistema Apolo	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00032	16	Justiça – organização interna;
Divulga nova versão JUIWEB	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2010/00021	16	Justiça – organização interna;
Esclarece dúvidas procedimentos cartorários expedição certidão	16.6	Instituições públicas eficazes Estado de Direito
	16.3	
T2-OCI-2010/00004	16	Justiça – organização interna;
Orientação sobre registro e arquivamento de decisões	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00305	16	Justiça – organização interna;

Cobranças por serviços prestados	16.3	Acesso à Justiça
T2-OCI-2009/00304	16	Justiça – organização interna;
Divulga procedimentos adm. adotados pela CEF para pagamento de precatórios e RPVs		
T2-OCI-2009/00282	16	Justiça – organização interna;
Obriga uso SIGA para tramitação documentos administrativos	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00241	16	Justiça – organização interna;
Divulga funcionalidade do sistema de estatística	16.6	Instituições públicas eficazes
		/transparentes
T2-OCI-2009/00186	16	Justiça – organização interna Estado de
Apreensão de armas e munições	16.3	Direito
T2-OCI-2009/00169	16	Justiça – organização interna;
Comunica necessidade preenchimento CNCIA site CNJ	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-OCI-2009/00128	16	Justiça – organização interna;
Comunica necessidade preenchimento CNCIA site CNJ	16.6	Instituições públicas eficazes
Ofício Circular nº 26/2007	16	Justiça – organização interna;
Afastamentos magistrados	16.6	Instituições públicas eficazes
Ofício Circular nº 25/2007		Accountability
Relatório inspeção anual	16.6	Instituições públicas eficazes
		/transparentes
Ordens de Serviço		
Norma	ODS	Justificativa
Ordem de serviço nº 003/2010	16	Justiça – organização interna;
Necessidade canal de comunicação permanente entre a Corregedoria e a 1ª instância	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2006	16	Justiça – organização interna
Estabelece procedimentos para acompanhar reclamações na Ouvidoria	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes
		/transparentes

Ordem de serviço nº 002/2004	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimentos para autuação/registo processos de competência da Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2004	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimento para recebimento docs. p/ Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 002/2003	16	Justiça – organização interna;
Comunicação de atos aos juízes por correio eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Ordem de serviço nº 001/2003	16	Justiça – organização interna
Estabelece procedimento para acompanhamento e verificação resultado de reclamações feitas na Ouvidoria	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes /transparentes
Ordem de serviço nº 001/2001	16	Justiça – organização interna;
Estabelece procedimentos Corregedoria	16.6	Instituições públicas eficazes
Portarias		
Norma	ODS	Justificativa
TRF2-PTC-2023/00190	16	Justiça – organização interna;
ispõe sobre a criação da Comissão Previdenciária para o estudo prévio e criação do banco de laudos técnicos-periciais sobre as condições ambientais de trabalho na 2ª Região Federal.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2023/00001	16	Justiça – organização interna;

Institui o Plano de Trabalho da Corregedoria Regional, no ano de 2023	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2022/00316	16	Justiça – organização interna;
Institui grupo de servidores de apoio	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00338	16	Justiça – organização interna;
Institui critérios para auxílio de Juízos no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região e define unidades auxiliadas para o ano de 2022	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00285	16	Justiça – organização interna;
Aprova a Escala de Férias dos Juízes da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região, referente ao exercício de 2022.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00180	16	Justiça – organização interna;
Dá ciência da nova escala de Varas responsáveis pelas Audiências de Custódia em 2022 (CAC).	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00129	16	Justiça – organização interna;
Implementa Plano de Trabalho instituído pela Portaria Nº TRF2-PTC-2021/00123, de 15 de abril de 2021, para atender à Diretriz Estratégica 1 - Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00130	16	Justiça – organização interna;
Implementa medidas para atuação de Grupos de Servidores de Apoio em regime especial de auxílio a unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PTC-2021/00124	16	Justiça – organização interna;
Estabelece que as atividades de correição ocorrerão em modalidade 100% virtual e remota, em vista das condições sanitárias impostas pela pandemia do covid-19.	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes

TRF2-PTC-2020/00459	16	Justiça – organização interna;
Escala de férias 2021 de magistrados	16.6	instituições públicas eficazes/transparentes
Exclusão varas do GEA abril 2020	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PTC-2019/00429	16	Justiça – organização interna;
Aprova escala férias juízes 2020	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-PTC-2019/00407	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera escala varas responsáveis Central de Audiências de Custódia CAPITAL	16.3	
TRF2-PTC-2019/00281	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça/presos provisórios
Aprova escala varas para audiência de custódia 2020	16.3	
TRF2-PTC-2019/00135	16	Justiça – organização interna Instituições públicas eficazes
Delega atribuições juízas auxiliares Corregedoria		
TRF2-PTC-2019/00108	16	Instituições públicas eficazes
Revoga Resolução 90/2009 sobre honorários periciais		
TRF2-PTC-2018/00507	16	Instituições públicas eficazes – redução de acervo
Altera regras GEA	16.6	
TRF2-PTC-2018/00442	16	Instituições públicas eficazes
Designa juiz coordenador e-Proc	16.6	
TRF2-PTC-2017/00153	16	Instituições públicas eficazes
Institui comissão apuração Índice produtividade comparada	16.6	
TRF2-PTC-2017/00150	16	Instituições públicas eficazes
Institui comissão para desenvolver projetos de gestão judicial	16.6	
TRF2-PTC-2016/00324	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna
Altera modelo de Carta de Execução Penal	16.6	
TRF2-PTC-2016/00317	16	Instituições públicas eficazes – redução de acervo
Designa juiz compor GEA	16.6	
TRF2-PTC-2016/00236	16	Acesso à Justiça – presos provisórios
Altera escala varas resp. audiência Custódia 2016	16.3	
TRF2-PTC-2016/00220	16	Accountability
Modifica período correição	16.6	
TRF2-PTC-2016/00135	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna
Altera modelo alvará soltura	16.6	

TRF2-PTC-2015/00402	16	Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna
Altera modelo alvará soltura	16.6	
TRF2-PTC-2014/00325	16	Acesso à Justiça
Fixa valores por serviços prestados pela JFRJ	16.3	
TRF2-PTC-2014/00020	16	Accountability
Aprova autoinspeção	16.6	Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PTC-2013/00180	16	Accountability
Altera portaria PTC/00168 correições ordinárias	16.6	Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PTC-2011/00128	16	Justiça – organização interna
Tabela única classes 2ª Região		
Portaria 57/2009	16	Justiça – organização interna;
Atualiza manual procedimentos cartórios	16.6	Instituições públicas eficazes
Portaria 13/2009	16	Justiça – organização interna;
Cronograma de implantação processo digital	16.6	Instituições públicas eficazes
Portaria 23/2003	16	Justiça – organização interna;
Aprova manuais de procedimentos cartórios	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimentos		
Norma	ODS	Justificativa
TRF2-PVC-20232/00002		Justiça – organização interna;
Disciplina o regime de teletrabalho (presencial e remoto dos Magistrados da Justiça Federal da 1a Instancia	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2022/00004		Justiça – organização interna;
Altera o Anexo único e o artigo 91 do Provimento no. TRF2-PVC-2022/0003.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2022/00003		Justiça – organização interna;

Aprova a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região e revoga o Provimento no. 11 de 09 de maio de 2018, e demais disposições em sentido contrário.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2021/00003		Justiça – organização interna;
Alterar os artigos 110, 121 e 158 a 169 do Provimento nº TRF2-PVC-2018/00011, de 9 de maio de 2018, que institui a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2021/00002	16	Justiça – instituições públicas
Regula procedimentos de correição	16.6	eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2021/00001	16	Justiça – instituições públicas
Revoga obrigatoriedade de publicação de atos judiciais no eDJF2R	16.6	eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2020/00011	16	Justiça – organização interna;
Recomenda uso do protesto extrajudicial	16.6	instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00010	16	Justiça – organização interna;
Altera normas que regulam atividade de oficiais de justiça	16.6	instituições públicas responsáveis
TRF2-PVC-2020/00009	16	Justiça – organização interna;
Obrigatoriedade adoção PJe	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00008	16	Justiça – organização interna;
Obrigatoriedade adoção PJe	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2020/00007	16	Justiça – organização interna;
Regula atividade correccional primeira instância	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00006	16	Justiça – organização interna;
Regula atividade correccional	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00003	16	Justiça – organização interna;
Reclamações sobre juízes	16.6	Instituições públicas transparentes
TRF2-PVC-2020/00002	16	Justiça – organização interna; Acesso à Justiça
Expediente forense	16.3	
TRF2-PVC-2020/00001	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas responsáveis
Medidas prevenção coronavírus	16.6	
TRF2-PVC-2019/00010	16	Justiça – organização interna;

Procedimentos correição	16.6	Accountability
TRF2-PVC-2019/0008	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas – responsabilidade - eficácia
Medidas execução penal	16.6	
TRF2-PVC-2019/00006	16	Justiça – organização interna;
Destinação social de bens e valores apreendidos	16.6	Instituições públicas – responsabilidade - transparência
TRF2-PVC-2019/00005	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Vitalicamento de juízes	16.3	
TRF2-PVC-2019/00004	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)		
TRF2-PVC-2019/00003	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)		
TRF2-PVC-2019/00001	16	Justiça – organização interna
Organização e funcionamento (vedação férias na inspeção/correição)		
TRF2-PVC-2018/00026	16	Justiça – organização interna
Procedimento Alvará levantamento		
TRF2-PVC-2018/00025	16	Justiça – organização interna
Controle presença juízes		
TRF2-PVC-2018/00024	16	Justiça – organização interna;
Regras inspeção aferição acervo	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes /transparentes
TRF2-PVC-2018/00023	16	Justiça – organização interna
Especialização vara		
TRF2-PVC-2018/00022	16	Justiça – organização interna; Estado de Direito
Identidade física do Juiz processos criminais	16.3	
TRF2-PVC-2018/00021	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera juízos tabelares	16.3	
TRF2-PVC-2018/00020	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Altera juízos tabelares	16.3	
TRF2-PVC-2018/00019	16	Justiça – organização interna Acesso à Justiça
Regras impedimento coletivo	16.3	
TRF2-PVC-2018/00018	16	Justiça – organização interna; Instituições públicas transparentes - Accountability
Controle pagamentos execução parcelada	16.6	
TRF2-PVC-2018/00017	16	Justiça – organização interna; Acesso à Justiça
Comunicação prisão e audiência de custódia	16.3	
TRF2-PVC-2018/00016	16	Justiça – organização interna;

Verificação gravação depoimentos	16.3	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00015	16	Justiça – organização interna
Autuação apensos ações Improbidade Administrativa redistribuídos		
TRF2-PVC-2018/00013	16	Justiça – organização interna;
Livros/pastas obrigatórios unidades	16.6	Instituições públicas eficazes - Accountability
TRF2-PVC-2018/00012	16.3	Acesso à Justiça Transparência -
Regras plantão	16.6	Accountability
TRF2-PVC-2018/00011	16	Justiça – organização interna
Nova consolidação de normas Corregedoria		
TRF2-PVC-2018/00010	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos e arquivamento	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00009	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos.	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00006	16	Justiça – organização interna;
Regras redistribuição por Alteração de competência	16.6	Instituições públicas – responsabilidade – eficácia - transparência
TRF2-PVC-2018/00003	16	Justiça – organização interna;
Digitalização autos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2018/00001	16	Justiça – organização interna;
Regras plantão judicial	16.3	Acesso à Justiça
	16.6	Transparência
TRF2-PVC-2017/00017	16	Justiça – organização interna
Redução distribuição		
TRF2-PVC-2017/00015	16	Justiça – organização interna
Procedimento expedição Alvará de soltura		
TRF2-PVC-2017/00014	16	Justiça – organização interna;
Institui semana de inspeção ordinária unificada	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2017/00013	16	Justiça – organização interna;
Estabelece plano de digitalização	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2017/00012	16	Justiça – organização interna;
Institui painel indicadores corregedoria	16.6	Accountability – transparência - eficácia
TRF2-PVC-2017/00010	16	Justiça – organização interna
Nova tabela classes processuais 2ª Região		

TRF2-PVC-2017/00009	16	Justiça – organização interna
Distrib. Proc. Relatoria 8TR		
TRF2-PVC-2017/00008	16	Justiça – organização interna
Critérios concessão trânsito remoção interna		
TRF2-PVC-2017/00007	16	Justiça – organização interna
Distribuição recursos e processos ao vice-gestor TR		
TRF2-PVC-2017/00003	16	Justiça – organização interna
Altera regras designação juízes		
TRF2-PVC-2017/00001	16	Justiça – organização interna;
Grupo monitoramento prisões cautelares	16.6	Instituições públicas responsáveis
		Estado de Direito
	16.3	
TRF2-PVC-2016/00012	16	Justiça – organização interna;
Retificação 2016/11	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00011	16	Justiça – organização interna;
Proced. Penal eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00010	16	Justiça – organização interna
Livros e pastas obrigatórios		
TRF2-PVC-2016/00007	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos SJM e Volta Redonda		
TRF2-PVC-2016/00004	16	Justiça – organização interna
Susp. distribuição 7VFCrim.		
TRF2-PVC-2016/00003	16	Justiça – organização interna
Descarte contraprova perícias		
TRF2-PVC-2016/00002	16	Justiça – organização interna;
Proced. processos criminais	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PVC-2016/00001	16	Justiça – organização interna;
Tabelas produtividade varas	16.6	Instituições públicas eficazes – transparência - accountability
TRF2-PVC-2015/00012	16	Justiça – organização interna;
Altera art. 185 da CNC – comunicações entre o TRF e demais unidades da JF	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2 – PVC – 2015/00011	16	Justiça – organização interna;
Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – disciplina distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00010	16	Justiça – organização interna
Altera ordem de juízes tabelares		

TRF2-PVC-2015/00009	16	Justiça – organização interna;
Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00008	16	Justiça – organização interna
Vitalicamento de juízes	16.3	Estado de Direito
TRF2-PCV-2015/00007	16	Justiça – organização interna;
Distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00006	16	Justiça – organização interna
Distribuição diferenciada recursos juiz gestor das TRs	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2015/00005	16	Justiça – organização interna;
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2015/00004	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
TRF2-PVC-2015/00003	16	Justiça – organização interna
Autoriza uso assinatura física juízes		
TRF2-PVC-2015/00002	16	Justiça – organização interna
Ordem juízes tabelares		
TRF2-PVC-2015/00001	16	Justiça – organização interna
Altera anexo CNC		
TRF2-PVC-2014/00009	16	Justiça – organização interna
distribuição JEFs Campo Grande	16.6	Justiça – instituições eficazes
TRF2-PVC-2014/00007	16	Justiça – organização interna
Dispõe sobre desarquivamento, autenticação de peças e certidões	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2014/00006	16	Justiça – organização interna
Altera escala plantão	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2014/00005	16	Justiça – organização interna
Altera escala plantão	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2014/00004	16	Justiça – organização interna
Altera TRF2-PVC-2013/00009	16.3	Acesso à Justiça
Escala plantão		
TRF2-PVC-2014/00001	16	Justiça – organização interna
Altera CNC		
TRF2-PVC-2013/00021	16	Justiça – organização interna
Redistribuição feitos		
TRF2-PVC-2013/00017	16	Justiça – organização interna
Valor de custas	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00016	16	Justiça – organização interna

Tramitação prioritária inquéritos e processos criminais	16.3	Estado de Direito
TRF2-PVC-2013/00015	16 16.6	Justiça – organização interna
Especialização de varas, distribuição e redistribuição		Instituições públicas eficazes; efetividade
TRF2-PVC-2013/00014	16	Justiça – organização interna;
Escala férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-PVC-2013/00012		
Segurança de veículos oficiais	16	Justiça – organização interna
TRF2-PVC-2013/00011		
Distribuição/redistribuição feitos	16	Justiça – organização interna
TRF2-PVC-2013/00010	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00009	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2013/00007	16	Justiça – organização interna
Suspende TRF2-PVC-2013/00004	16.6	Transparência
TRF2-PVC-2013/00005	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
TRF2-PVC-2013/00004	16	Justiça – organização interna
Uso de recursos de penas de prestação pecuniária	16.6	Transparência
TRF2-PVC-2012/00016	16	Justiça – organização interna
Altera CNC - redistribuição		
TRF2-PVC-2012/00014	16	Justiça – organização interna
Ordem tabelares		
TRF2-PVC-2012/00013	16	Justiça – organização interna
Juiz substituto plantão	16.3	Acesso `a Justiça
TRF2-PVC-2012/00011	16	Justiça – organização interna
Tramitação inquérito	16.3	Estado de Direito
TRF2-PVC-2012/00010	16	Justiça – organização interna
Prazo cumprimento mandados	16.3	Acesso à Justiça
TRF2-PVC-2012/00003	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		
TRF2-PVC-2012/00002	16	Justiça – organização interna
Inspeção judicial	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
TRF2-PVC-2012/00001	16	Justiça – organização interna
Penhora de bens	16.6	Efetividade
T2-PVC-2011/00029	16	Justiça – organização interna
Juízo tabelar		
T2-PVC-2011/00025	16	Justiça – organização interna

Inspeção em estabelecimentos penais	16.3	Estado de Direito/superlotação presídios
T2-PVC-2011/00024	16	Justiça – organização interna
Inspeção e procedimentos criminais	16.3	Estado de Direito/Accountability
	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
T2-PVC-2011/00023	16	Justiça – organização interna
Revoga prov 114/97 e 8/2005 ouvidoria		
T2-PVC-2011/00019	16	Justiça – organização interna
Altera CNC – registro baixa procs.		
T2-PVC-2011/00018	16	Justiça – organização interna
Acesso advogados, procuradores e MP a autos eletrônicos	16.3	Estado de Direito/acesso `a Justiça
T2-PVC-2011/00014	16	Justiça – organização interna
Substituição recíproca titular/substituto		
T2-PVC-2011/00009	16	Justiça – organização interna
Obriga cadastro bens constrictos	16.6	Transparência/accountability
T2-PVC-2011/00007	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso à Justiça
T2-PVC-2011/00005	16	Justiça – organização interna
Inspeção/correição	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
T2-PVC-2011/00004	16	Justiça – organização interna
Expedição mandado intimação		
T2-PVC-2011/00003	16	Justiça – organização interna
Alvará levantamento	16.6	Instituições públicas eficazes
T2-PVC-2010/00089	16	Justiça – organização interna
Consulta dados processo eletrônico	16.6	Instituições públicas transparentes
T2-PVC-2010/00088	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		
T2-ATC-2011/00079	16	Justiça – organização interna
redistribuição		
T2-PVC-2010/00086	16	Justiça – organização interna
Formação anexos e autos físicos		
T2-ATC-2010/00396		
Altera T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-ATC-2011/00075		

Alterar T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-ATC-2011/00159		
Alterar T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
T2-PVC-2010/00085	16	Justiça – organização interna
Curso ambientação juizes	16.3	Estado de Direito
Provimento-2010/00084	16	Justiça – organização interna
Controle prazo prescrição	16.3	Estado de Direito
Provimento -2010/00083	16	Justiça – organização interna
Inspeção estabelecimento penal	16.6	Accountability/Instituições públicas eficazes e transparentes
	16.3	Estado de Direito superlotação presídios
Provimento -2010/00082	16	Justiça – organização interna
Substituição automática juizes		
Provimento -2010/00081	16	Justiça – organização interna
Prazo juntada e publicação atos pelas secretarias juízos	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2010/00080	16	Justiça – organização interna
Participação juizes em mutirões	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2010/00079	16	Justiça – organização interna
Distribuição feitos 1ª instância		
Provimento -2010/00078	16	Justiça – organização interna
Distribuição/redistribuição		
Provimento -2010/00077	16	Justiça – organização interna
Inclui novos juízos tabelares	16.3	Acesso `a Justiça/Instituições públicas transparentes
	16.6	
Provimento -2010/00076		
Distribuição/redistribuição	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00075		
Procedimento elaboração cálculos judiciais	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00074		
Formação anexos e autos físicos	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00073	16	Justiça – organização interna
Plantão judicial feriados municipais	16.3	Acesso `a Justiça/instituições públicas responsáveis
	16.6	
Provimento -2010/00072		
Juntada docs. intercorrentes e feitos baixados e arquivados	16	Justiça – organização interna
Provimento -2010/00071		

Simplifica procedimentos cartorários	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00070	16	Justiça – organização interna;
Férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento -2009/00069	16	Justiça – organização interna
Distribuição e regras prevenção	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2009/00068		
Processamento mandados/cartas	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00067	16	Justiça – organização interna
Proced. Elaboração cálculos		
Provimento -2009/00066	16	Justiça – organização interna
Preços serviços prestados SJRJ/SJES	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2009/00065	16	Justiça – organização interna
Relatórios eletrônicos inspeção	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00064	16	Justiça – organização interna
Cria nova classe processual		
Provimento -2009/00062	16	Justiça – organização interna;Instituições públicas responsáveis
Férias juízes	16.6	
Provimento -2009/00061	16	Justiça – organização interna
Arquivamento processos		
Provimento -2009/00060	16	Justiça – organização interna
Certificados digitais	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00059		
Substituição automática juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento -2009/00058	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica atos proc.	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00057	16	Justiça – organização interna
Correições ordinárias	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00056	16	Justiça – organização interna
Tabelaridade juízos	16.3	Acesso `a Justiça / instituições públicas responsáveis
	16.6	
Provimento -2009/00055	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário/atribuição competência	16.3	Acesso `a Justiça / instituições públicas eficazes
	16.6	
Provimento -2009/00054	16	Justiça – organização interna
Inspeção anual	16.6	Accountability

		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento -2009/00053	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2009/00052	16	Justiça – organização interna
Virtualização unidade	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00051	16	Justiça – organização interna
Especialização unidades	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00050	16	Justiça – organização interna
Reclassificação de processos na fase de execução	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00049	16	Justiça – organização interna
Implantação tabela única processual	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2008/00048	16.3	Estado de Direito
Vitalicamento magistrados	16	Justiça – organização interna
Provimento -2008/00047	16	Justiça – organização interna
Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes / transparentes
Provimento -2008/00046	16	Justiça – organização interna
Correições	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2008/00045	16	Justiça – organização interna
Alteração competência	16.6	Instituições públicas eficazes / transparentes
Provimento -2008/00044	16	Justiça – organização interna
Distribuição processos		
Provimento -2007/00043	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
Provimento -2007/00042	16	Justiça – organização interna
Cargas autos		
Provimento -2007/00041	16	Justiça – organização interna
Afastamentos magistrados		
Provimento -2007/00040	16	Justiça – organização interna
Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00039	16	Justiça – organização interna
Portal de estatísticas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00038	16	Justiça – organização interna
Portal de estatísticas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00037	16	Justiça – organização interna
Controle distribuição Demandas preventas ou repetitivas	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00036	16	Justiça – organização interna

Estatística	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2007/00035	16	Justiça – organização interna
Redistribuição por alteração de competência	16.6	Instituições públicas eficazes/ transparentes
Provimento -2006/00032	16	Justiça – organização interna
Revoga artigo CNC		
Provimento -2006/00031	16	Justiça – organização interna
Assinatura eletrônica execução fiscal	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2006/00030	16	Justiça – organização interna
Define conceito de sentença repetitiva		
Provimento -2006/00029	16	Justiça – organização interna
Comunicação à Corregedoria distribuição por dependência sem fundamentação		
Provimento -2006/00028	16	Justiça – organização interna
Define conceito de Sentença repetitiva		
Provimento -2006/00027	16	Justiça – organização interna
Substituição juiz distribuidor		
Provimento -2006/00026	16	Justiça – organização interna
Tabelaridade juízos	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00025	16	Justiça – organização interna
Tabelamento Juízos e cria classes processuais	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00024	16	Justiça – organização interna
Disciplina emissão certidões	16.3	Acesso à Justiça
Provimento -2006/00023	16	Justiça – organização interna
Classificação Sentenças		
Provimento -2006/00022	16	Justiça – organização interna
Classificação Sentenças		
Provimento -2006/00021	16	Justiça – organização interna;
Dispõe sobre escala de férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento -2005/00020	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juízes		
Provimento -2005/00019	16	Justiça – organização interna
Distribuição processos		
Provimento -2005/00018	16	Justiça – organização interna
Distribuição titulares/substitutos		
Provimento -2005/00015	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2005/00014		

Afastamentos participação em eventos por juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento -2005/00013	16	Justiça – organização interna
Plantão judicial	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2005/00011	16	Justiça – organização interna
Vitaliciamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2005/00009	16	Justiça – organização interna
Suspeição/impedimento e tabelar	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2005/00008		
Funcionamento e organização gabinete Corregedoria	16	Justiça – organização interna
Provimento -2005/00003	16	Justiça – organização interna
Redistribuição de casos de suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento -2005/00001	16	Justiça – organização interna
Processo eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento -2004/00017	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juízes		
Provimento -2004/00016		
Distribuição processos entre Titulares/substitutos JFES	16	Justiça – organização interna
Provimento -2004/00015	16	Justiça – organização interna
Designação juiz distribuidor		
Provimento -2004/00014	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento -2004/00012	16	Justiça – organização interna
Rotinas cartorárias		
Provimento -2004/00011	16	Justiça – organização interna
Critérios substituição Juízes férias/afastamentos		
Provimento -2004/00009	16	Justiça – organização interna
Disciplina registro audiovisual depoimentos e interrogatórios	16.3	Estado de Direito
Provimento -2004/00008	16	Justiça – organização interna
Cria classe processual		
Provimento -2004/00007	16	Justiça – organização interna
Relação servidores VEP		
Provimento -2004/00006	16	Justiça – organização interna
Cria programa adjudicação bens execução fiscal em prol de entidade c/ destinação social	16.4	Recuperação de recursos roubados / accountability
	16.6	
Provimento -2004/00005	16	Justiça – organização interna
Cadastro bens apreendidos em procedimentos criminais	16.6	transparência

Provimento -2004/00004	16	Justiça – organização interna
Vitalicamento juízes	16.3	Estado de Direito
Provimento -2004/00003	16	Justiça – organização interna
Cartas precatórias e rogatórias em crimes contra SFN e lavagem/ocultação de bens/direitos/valores	16.4	Recuperação de recursos roubados
Provimento -2004/00002	16	Justiça – organização interna
Carga autos adv. Públicos		
Provimento -2004/00001	16	Justiça – organização interna
Correições/inspeções	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 2003/00020	16	Justiça – organização interna
Livros obrigatórios CNC		
Provimento – 2003/00019	16	Justiça – organização interna
Requisição servidores		
Provimento – 2003/00017	16	Justiça – organização interna
Redistribuição processos		
Provimento – 2003/00016	16	Justiça – organização interna
Criação classes processuais		
Provimento – 2003/00015	16	Justiça – organização interna
Inclusão classe processual		
Provimento – 2003/00014	16	Justiça – organização interna
Arquivo cópia ata audiência		
Provimento – 2003/00013	16	Justiça – organização interna
Inclusão classe proc.		
Provimento – 2003/00012	16	Justiça – organização interna
Correio eletrônico		
Provimento – 2003/00011	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 2003/00010	16	Justiça – organização interna;
Férias juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento – 2003/00009	16	Justiça – organização interna
Comunicação atos judiciais		
Provimento – 2003/00008	16	Justiça – organização interna
Prazo recursal	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2003/00007	16	Justiça – organização interna
Criação classes processuais		
Provimento – 2003/00005		
Forma confecção mandado citação	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2003/00004	16	Justiça – organização interna
Vinculação Juiz ao processo; produtividade	16.6	Instituições públicas eficazes
	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2003/00003	16	Justiça – organização interna
Afastamentos juiz		
Provimento – 2003/00002		

Divisão proc. Titular/substituto	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2003/00001	16.3	Estado de Direito
Jurisdição varas SJRJ	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00007	16	Justiça – organização interna
Remessa autos TRF		
Provimento – 2002/00006	16.3	Estado de Direito
Encaminhamento cartas execução penal VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00005		
Institui fórum distribuidores e comissão informática	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00004	16	Justiça – organização interna
Mandados penhora		
Provimento – 2002/00003	16	Justiça – organização interna
Pagamento honorários dativos	16.3	Estado de Direito
		Acesso à Justiça
Provimento – 2002/00002		
Tradutores, intérpretes e seus honorários	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2002/00001		
Tradutores, intérpretes e seus honorários	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00026	16.3	Estado de Direito
Jurisdição, plantão, distribuição	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00025	16	Justiça – organização interna
Plantão, distribuição, advogados	16.3	Estado de Direito
Provimento – 2001/00021	16	Justiça – organização interna
Recolhimento IR de alvarás	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 2001/00020	16.3	Estado de Direito
Distribuição, juiz natural	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00017		
Encaminhamento documentos à VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00016		
Encaminhamento documentos à VEP estadual	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00006		
Competência privativa 5VFEF Niterói para execução fiscal	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00004	16.3	Estado de Direito
Competência Varas das subseções	16	Justiça – organização interna
Provimento – 2001/00002	16	Justiça – organização interna

Honorários periciais		
Provimento – 2000/00007	16	Justiça – organização interna
Cria subclasse processual		
Provimento – 1999/00016	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados JFES		
Provimento – 1999/00015	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados		
Provimento – 1999/00004	16	Justiça – organização interna
Acompanhamento inspeção anual servidores Correged.	16.6	Accountability
		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1999/00003	16	Justiça – organização interna
Tramitação processos c/ Declínio ou suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 1999/00001	16	Justiça – organização interna
Distribuição Processos com Declínio ou suspeição	16.6	Instituições públicas transparentes
Provimento – 1998/00137	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1998/00136		
Tramitação processos p/ cálculo	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00134	16	Justiça – organização interna
Atendimento a partes, advogados e estagiários	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1998/00133	16.3	Estado de Direito
Exec. Penais condenados JF	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00128		
Reinstitui livro rol dos culpados nas varas criminais	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1998/00127	16	Justiça – organização interna Estado de
Recomenda aos juízes criminais adoção súmula 192 STJ	16.3	Direito
Provimento – 1997/00119	16	Justiça – organização interna Estado de
Aplicação expurgos inflacionários	16.3	Direito
Provimento – 1997/00116	16	Justiça – organização interna
Cria convênio escritórios modelo	16.3	
		Acesso à Justiça
Provimento – 1997/00115	16	Justiça – organização interna
Cria controladoria JF	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00113	16	Justiça – organização interna
Cria central mandados		

Provimento – 1997/00108		
Proced. para requerimento Informações sobre antecedentes penais de réus/condenados ao IFP	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1997/00096	16	Justiça – organização interna
Obriga registro e distribuição eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00095	16	Justiça – organização interna
Regula Registro e distribuição inquéritos	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1997/00094	16	Justiça – organização interna
Recolhimento custas	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1996/00093	16	Justiça – organização interna
Atualiza matrículas juízes		
Provimento – 1996/00092	16	Justiça – organização interna
Uso livros e assentamentos		
Provimento – 1996/00091	16	Justiça – organização interna
Registro e distribuição eletrônica	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento – 1995/00068	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Suscitação conflito comp. juízes	16.3	
Provimento – 1995/00067	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Cobrança custas avaliação se excesso penhora	16.3	
Provimento – 1995/00066	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Exame autos por advogado sem procuração	16.3	
Provimento – 1995/00065	16	Justiça – organização interna
Cálculo e pagto. preparo		
Provimento – 1995/00064	16	Justiça – organização interna
Registro p/ baix. Proc. TRF		
Provimento – 1994/00063		
Transfere JFES novas instalações	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00062	16	Justiça – organização interna
Custas não pagas	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1994/00061	16	Justiça – organização interna
redistribuição		
Provimento – 1994/00060	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Necessidade audiência Conselho Penitenciário para conceder condicional, indulto e comutação pena	16.3	
Provimento – 1994/00059	16	Justiça – organização interna
distribuição		

Provimento – 1994/00051		
Cuidados processamento feitos	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00050		
Recebimento depósitos processos JF	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00048	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Instrução MS coletivo	16.3	
Provimento – 1994/00047	16	Justiça – organização interna
AJG	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1994/00046	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Intimação MP	16.3	
Provimento – 1994/00040		
Provimento Cargo diretor secretaria	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1994/00039	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Aplicação penalidades a servidores	16.3	
Provimento – 1994/00033	16	Justiça – organização interna
Custas JF	16.3	Acesso à Justiça
Provimento – 1993/00032		
Autenticação de cópias que instruem inicial	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00031	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Execução de créditos previdenciários	16.3	
Provimento – 1993/00028	16	Justiça – organização interna
Alvará/mandado pagamento depósitos liquidados pela CEF		
Provimento – 1993/00027		
Intimação/notificação AGU ou PFN	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00026	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Conduta juízes	16.3	
Provimento – 1993/00025	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Encaminha cópia denúncia ACP ao MP	16.3	
Provimento – 1993/00024	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Suspeição juiz interesse dec. Causa em favor parte	16.3	
Provimento – 1993/00023	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Admissão litisconsórcio ativo ulterior	16.3	
Provimento – 1993/00022		
Regula serviços forenses 1ª instância	16	Justiça – organização interna

Provimento – 1993/00021	16	Justiça – organização interna
Exercício titularidade pelo substituto		
Provimento – 1993/00018		
Atribuições substitutos por vacância titular	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00015	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Prisão de competência da JF	16.3	
Provimento – 1993/00009	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Competência juízes	16.3	
Provimento – 1993/00007	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Dispõe sobre litisconsórcios ativos	16.3	
Provimento – 1993/00006	16	Justiça – organização interna
Agilizar processos de interesse da União		
Provimento – 1993/00005		
Regula substituição juízes	16	Justiça – organização interna
Provimento – 1993/00004	16	Justiça – organização interna
Plantão judiciário	16.3	Acesso `a Justiça
Provimento – 1993/00003	16	Justiça – organização interna;
Afastamentos juízes	16.6	Instituições públicas responsáveis
Provimento – 1993/00002	16	Justiça – organização interna
Respeito LOMAN		
Provimento – 1993/00001	16	Justiça – organização interna
Regula serviços forenses		
Provimento – 1992/00001	16	Justiça – organização interna Estado de Direito
Relações entre juízes e advogados	16.3	
Provimento – 1990/00001		
Código identif. Varas SJRJ/SJES	16	Justiça – organização interna
Provimentos Conjuntos		
Norma	ODS	Justificativa
TRF2-PRC-2019/00001	16	Justiça – organização interna
Disciplina distribuição recursos juiz vice-gestor TRs SJRJ	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2018/00002	16	Justiça – organização interna
Estabelece regime gestão processos acumulados	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2017/00001	16	Justiça – organização interna

Disciplina intimação Whatsapp	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-PRC-2013/00024	16	Justiça – organização interna
Disciplina redistribuição casos de remoção	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 13/2011	16	Justiça – organização interna
Regula mutirão pré-processual	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 7/2009	16	Justiça – organização interna
Rotinas de trabalho gabinetes TRs	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 5/2008	16	Justiça – organização interna
Regula registro suspensão prazos processuais nos sistemas de informática	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 4/2008	16	Justiça – organização interna
Regula comunicação atos e transmissão peças processuais na indisponibilidade do sistema informatizado	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2008	16	Justiça – organização interna
Classificação de sentenças		
Provimento Conjunto nº 2/2008	16	Justiça – organização interna
Disciplina procedimentos para interposição agravo instrumento decisão unânime	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento Conjunto nº 4/2006	16	Justiça – organização interna
Simplifica procedimentos JEFs	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2006	16	Justiça – organização interna
Citação/intimação eletrônica advogados, MP, PRF nos JEFs	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 2/2006	16	Justiça – organização interna
Inspeções anuais TRs	16.6	Accountability

		Instituições públicas eficazes/transparentes
Provimento Conjunto nº 1/2006	16	Justiça – organização interna
Uso assinatura/registro eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 4/2005	16	Justiça – organização interna
Uso assinatura/registro eletrônico	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 3/2005	16	Justiça – organização interna
Citação/intimação eletrônica advogados e procuradores JEFs	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 2/2004	16	Justiça – organização interna
Atuação de juízes suplentes nas Turmas Recursais	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 1/2004	16	Justiça – organização interna
Instalação de nova vara, distribuição, suspensão prazos	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 14/2003	16	Justiça – organização interna
Autointimação advogados, sistema eletrônico	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 10/2003	16	Justiça – organização interna
Reinício prazo processual, distribuição	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Provimento Conjunto nº 6/2003	16	Justiça – organização interna
Gratuidade, recurso	16.3	Estado de Direito
		Acesso `a Justiça
Provimento Conjunto nº 5/2003	16	Justiça – organização interna
Distribuição, processamento, julgamento, substituição juiz	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes

Provimento Conjunto nº 3/2003	16	Justiça – organização interna
Intimação telefônica	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resoluções		
Norma	ODS	Justificativa
TRF2-RSP-2024/00008	16	Justiça – organização interna
Estabelece diretrizes para a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis da subtração internacional de crianças (1980) e revoga o Provimento n.º TRF2-PVC-2021/00005, de 8 de outubro de 2021.	16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
TRF2-RSP-2022/00065	16	Justiça – organização interna
Altera a resolução trf2 rsp2021/00035 que regulamenta a implantação dos Núcleos de Justiça 4.0	16.3	Estado de Direito
TRF2-RSP-2020/00010	16	Justiça – organização interna
Prevenção contágio pandemia coronavírus	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas responsáveis
TRF2-RSP-2019/00091	16	Justiça – organização interna
Exercício competência delegada previdenciária Justiça estadual	16.3	Estado de Direito
		Acesso `a Justiça
TRF2-RSP-2019/00089	16	Justiça – organização interna
Extingue projeto NAO	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2019/00088	16	Justiça – organização interna
Modifica competência	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2019/00086	16	Justiça – organização interna
Competência territorial/material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00055	16	Justiça – organização interna
Competência material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00050	16	Justiça – organização interna
Competência, reestruturação, JEFs adjuntos	16.3	Estado de Direito

	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00043	16	Justiça – organização interna
Criação central de audiências de custódia; videoconferência	16.3	Estado de Direito; acesso `a Justiça; presos provisórios
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2018/00009	16	Justiça – organização interna
Revoga Res. 2017/66 Digitalização autos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00061	16	Justiça – organização interna
Alteração competência material	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00046	16	Justiça – organização interna
Alienação de bens inservíveis; leilão, execução	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2017/00045	16	Justiça – organização interna
Regime especial de auxílio	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00035	16	Justiça – organização interna
Central de Audiências de Custódia, prisão	16.3	Estado de Direito; acesso à Justiça; presos provisórios
	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00028	16	Justiça – organização interna
Cadastro eletrônico peritos e órgãos técnicos ou científicos	16.6	Instituições públicas eficazes
TRF2-RSP-2016/00025	16	Justiça – organização interna
Regime especial de auxílio	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 4/2016	16	Justiça – organização interna
Mediação/conciliação	16.3	Mediação/resolução de conflitos
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 2/2016	16	Justiça – organização interna
Audiências de custódia	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 31/2015	16	Justiça – organização interna
Audiências de custódia	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
Resolução Conjunta 1/2003	16	Justiça – organização interna
Especialização varas criminais/RJ e ES	16.3	Estado de Direito
	16.6	Instituições públicas eficazes
EDITAIS		
Norma	ODS	Justificativa

TRF2-EDT-2023/00002	16	Justiça – organização interna
Torna pública a lista de varas/unidades jurisdicionais da SJRJ e SJES que receberam mais de 1.500 processos novos por magistrados no ano de 2022.	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2022/00017	16	Justiça – organização interna
Edital de publicação de resultados da seleção de juízes federais para o núcleo de Justiça 4.0	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2021/00014	16	Justiça – organização interna
Abre inscrições para magistrados manifestarem interesse em integrar o 1o. Núcleo de Justiça, 4.0 Seção Espírito Santo	16.6	Estado de Direito
TRF2-EDT-2021/00017	16	Justiça – organização interna
Torna público o resultado da seleção de Magistrados Federais para atuarem no 1o. Núcleo de Justiça 4.0	16.6	Estado de Direito
Memorandos		
TRF2-MEM-2023/05308	16	Justiça – organização interna
Capacitação das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação da Justiça Federal da 2ª Região	16.6	Instituições públicas eficazes